

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Individuais

Bradesco-Kirton Corretora de Câmbio S.A.



2021

 **bradesco**

Sumário

Relatório da Administração ... 2

Demonstrações Contábeis ... 3

Balanço Patrimonial ... 3

Demonstração do Resultado Acumulado ... 4

Demonstração do Resultado Abrangente Acumulado ... 5

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido ... 6

Demonstração dos Fluxos de Caixa Acumulado ... 7

Notas Explicativas da Administração ... 8

Relatório do Auditor Independente ... 26

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, do Bradesco-Kirton Corretora de Câmbio S.A. (Corretora ou Instituição), elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No exercício de 2021, a Corretora registrou lucro líquido no montante de R\$ 11 milhões, patrimônio líquido de R\$ 454 milhões e ativos totais de R\$ 543 milhões.

A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 25% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social. A Instituição não possui acordo de acionistas relativo à política de reinvestimento de lucros.

Em alteração contratual de 26 abril de 2021, deliberou-se o aumento de capital social de R\$ 10 milhões, mediante a capitalização de parte do saldo da conta de “reserva de lucros – legal”, sem emissão de ações.

Agradecemos o apoio e confiança dos nossos clientes e parceiros comerciais.

São Paulo, 08 de fevereiro de 2022.

Diretoria

Balço Patrimonial em 31 de dezembro - Em Reais mil

	Nota	2021	2020
Ativo			
Disponibilidades	4	329	217
Instrumentos financeiros		520.261	508.270
- Títulos e valores mobiliários	5a	436.692	424.465
- Outros Instrumentos financeiros	6	83.569	83.805
Créditos tributários	18c	20.890	20.309
Outros ativos	7	1.245	1.257
Total do ativo		542.725	530.053
	Nota	2021	2020
Passivo			
Provisões		75.019	74.180
- Outras provisões	8	75.019	74.180
Impostos diferidos	18e	3.047	2.580
Outros passivos	10	10.298	7.261
Total do passivo		88.364	84.021
- Capital social	11a	230.000	220.000
- Reservas de capital		2.640	2.640
- Reservas de lucros	11b	221.721	223.392
Total do patrimônio líquido		454.361	446.032
Total do passivo e patrimônio líquido		542.725	530.053

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado acumulado em 31 de dezembro – Em Reais mil

	Nota	2º Semestre 2021	2021	2020
Receitas da intermediação financeira		13.705	18.663	10.893
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5c	13.705	18.663	10.893
Resultado da intermediação financeira		13.705	18.663	10.893
Resultado bruto da intermediação financeira		13.705	18.663	10.893
Outras receitas/(despesas) operacionais		(1.025)	526	2.091
Receitas de prestação de serviços	12	1.782	3.240	3.915
Outras despesas administrativas	13	(618)	(1.199)	(659)
Despesas tributárias	14	(1.458)	(1.886)	(890)
Outras receitas operacionais	15	995	2.726	1.622
Outras despesas operacionais	16	(1.662)	(2.041)	(971)
Despesas com provisões:		(64)	(314)	(926)
- Provisões trabalhistas		(64)	(314)	(926)
Resultado operacional		12.680	19.189	12.984
Resultado antes da tributação sobre o lucro		12.680	19.189	12.984
Imposto de renda e contribuição social	18	(5.686)	(8.266)	(4.677)
Lucro líquido		6.994	10.923	8.307
Lucro por lote de mil ações em R\$		38,59	60,27	45,83

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado Abrangente acumulado em 31 de dezembro – Em Reais mil

	2º Semestre 2021	2021	2020
Lucro líquido do período	6.994	10.923	8.307
Itens que podem ser reclassificados para o resultado	-	-	7
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	-	-	7
- Próprios	-	-	7
Itens que não podem ser reclassificados para o resultado	-	-	-
Total dos ajustes não incluídos no lucro líquido	-	-	7
Resultado abrangente do período	6.994	10.923	8.314

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Em Reais mil

Eventos	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Totais
			Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2019	217.743	2.640	43.549	175.766	(7)	-	439.691
Aumento de capital com reservas	2.257	-	-	(2.257)	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	7	-	7
Lucro líquido	-	-	-	-	-	8.307	8.307
Destinações:							
- Reservas	-	-	415	5.919	-	(6.334)	-
- Dividendos pagos	-	-	-	-	-	(1.973)	(1.973)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	220.000	2.640	43.964	179.428	-	-	446.032
Aumento de capital com reservas	10.000	-	(10.000)	-	-	-	-
Lucro líquido	-	-	-	-	-	10.923	10.923
Destinações:							
- Reservas	-	-	546	7.783	-	(8.329)	-
- Dividendos pagos	-	-	-	-	-	(2.594)	(2.594)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	230.000	2.640	34.510	187.211	-	-	454.361
Saldos em 30 de junho de 2021	230.000	2.640	34.160	182.228	-	-	449.028
Lucro líquido	-	-	-	-	-	6.994	6.994
Destinações:							
- Reservas de lucros	-	-	350	4.983	-	(5.333)	-
- Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(1.661)	(1.661)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	230.000	2.640	34.510	187.211	-	-	454.361

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa acumulados em 31 de dezembro – Em Reais mil

	2º Semestre 2021	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	12.680	19.189	12.984
Ajustes ao lucro líquido antes dos impostos:	838	1.462	1.814
Constituição/(reversão) e atualização monetária com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	838	1.462	1.814
Lucro líquido ajustado antes dos impostos	13.518	20.651	14.798
(Aumento)/redução em títulos para negociação	(11.071)	(17.875)	(225.696)
(Aumento)/redução em outros ativos	113	13	(34)
(Aumento)/redução em outros instrumentos financeiros ativos	208	236	(358)
Aumento/(redução) em outras provisões	1.982	1.350	(1.611)
Aumento/(redução) em outros passivos	(1.937)	(6.510)	25
Imposto de renda e contribuição social pagos	(819)	(1.428)	(765)
Caixa líquido utilizado das atividades operacionais	1.994	(3.563)	(213.641)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:			
(Aumento)/redução em títulos disponíveis para venda	-	5.649	233.298
Caixa líquido proveniente nas atividades de investimentos	-	5.649	233.298
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Dividendos/juros sobre o capital próprio pagos	(1.973)	(1.973)	(19.550)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(1.973)	(1.973)	(19.550)
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	21	113	107
Caixa e equivalentes de caixa - início do período	309	217	110
Caixa e equivalentes de caixa - fim do período	330	330	217
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	21	113	107

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Bradesco-Kirton Corretora de Câmbio S.A. (Corretora ou Instituição) tem como objetivo a realização de todas as operações permitidas às sociedades da espécie, observadas as disposições da legislação em vigor, dentre as quais: praticar operações no mercado de câmbio; realizar a intermediação de operações de câmbio em todas as suas modalidades; prestar serviços de orientação, assessoramento e assistência técnica em operações relacionadas a câmbio, bem como em operações relacionadas com a movimentação e registro de capitais internacionais.

É parte integrante da Organização Bradesco (Organização), sendo suas operações conduzidas de modo integrado a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se dos seus recursos administrativos e tecnológicos. Suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis da Instituição evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: provisões fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros; e realização de créditos tributários.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 08 de fevereiro de 2022.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes aos períodos futuros são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresente risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Títulos e valores mobiliários – Classificação

- Títulos para negociação – são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda – são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- Títulos mantidos até o vencimento – são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, baseia-se geralmente, em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem

disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica “Créditos Tributários”, e a provisão para as obrigações fiscais diferidas sobre atualização de depósitos judiciais, é registrada na rubrica “Impostos Diferidos”.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada a alíquota de 15%. Em 01 de março de 2021, foi publicada a Medida Provisória nº 1.034 (“MP”), convertida na Lei nº 14.183, em 14 de julho de 2021, que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido em cinco pontos percentuais, durante o período de 1º de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, bem como os valores dos créditos tributários não ativados, estão apresentados na Nota 18.

f) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

g) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09 e de acordo com a Carta Circular nº 3.429/10 sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações legais – Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

h) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

i) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos (em base *pro rata die*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata die*).

j) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Os eventos subsequentes são divulgados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 – Eventos Subsequentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.973/11.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2020
Disponibilidades em moeda nacional	329	217
Total caixa e equivalentes de caixa	329	217

5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**a) Classificação por categoria e prazos**

Títulos	R\$ mil								
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Em 31 de dezembro de 2021			Em 31 de dezembro de 2020	
					Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil (2)	Marcação a mercado
Títulos para negociação	69.439	82.660	39.046	245.547	436.692	436.692	-	418.817	-
Cotas de fundos de investimento (1)	69.439	82.660	39.046	245.547	436.692	436.692	-	418.817	-
Títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	5.648	(1)
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	-	-	-	5.648	(1)
Total em 31 de dezembro de 2021	69.439	82.660	39.046	245.547	436.692	436.692	-		
Total em 31 de dezembro de 2020	131.300	7.872	72.211	213.082				424.465	(1)

(1) Montante aplicado em fundos exclusivos administrados pela Organização Bradesco;

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificações, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

b) Resultado de títulos e valores mobiliários

Segue abaixo a composição do resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

	R\$ mil		
	2º Semestre 2021	Acumulado em 31 de dezembro	
		2021	2020
Títulos de renda fixa	13.705	18.663	10.893
Total	13.705	18.663	10.893

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Instituição não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

6) OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS ATIVOS

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2020
Devedores por depósitos em garantia	83.498	83.532
Rendas a receber	71	273
Total	83.569	83.805

7) OUTROS ATIVOS

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2020
Impostos e contribuições a compensar	1.241	1.253
Devedores diversos	4	4
Total	1.245	1.257

8) OUTRAS PROVISÕES

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2020
Provisão para processos fiscais	69.714	68.746
Provisão para processos cíveis	1.245	1.177
Provisão para processos trabalhistas	1.075	712
Outras	2.985	3.545
Total	75.019	74.180

9) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS**a) Ativos contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificados como perdas prováveis e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

l) Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e terceiros, visando obter indenizações, em especial, o pagamento de “horas extras” em razão de interpretação do artigo nº 224 da CLT. Considerando que a base de processos é formada, basicamente, por processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída considerando os seguintes fatores, entre outros: data da entrada dos processos (antes ou após a reforma trabalhista de novembro/2017), com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerrados nos últimos 12 meses antes e após a reforma trabalhista, correção monetária das medias apuradas.

É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema de “ponto eletrônico” e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários do Bradesco-Kirton Corretora de Câmbio não têm valores individuais relevantes.

II) Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. Não existem, em curso, processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III) Provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

Dentre as principais teses, destacamos:

Contribuição Social – Diferença de alíquota – Discussão da inconstitucionalidade da majoração da alíquota da CSLL de forma a torná-la mais gravosa para as instituições financeiras em ofensa ao princípio constitucional de isonomia, no montante de R\$ 48.453 mil (Em 31 de dezembro de 2020 – R\$ 47.720 mil); e

Imposto de Renda – Lei nº 8.200/91 – Autuação fiscal decorrente da discussão da inconstitucionalidade da Lei nº 8.200/91 quanto a limitação de dedutibilidade da despesa de correção monetária, no montante de R\$ 11.770 mil (Em 31 de dezembro de 2020 – R\$ 11.695 mil).

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais da Corretora são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

IV) Movimentação das provisões – Despesas de Provisões

	R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais
Saldo em 1º de janeiro de 2021	712	1.177	68.746
Atualização monetária	113	67	968
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	314	-	-
Pagamentos	(64)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.075	1.244	69.714

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como “autora” ou “ré” e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 31 de dezembro de 2021, R\$ 12 mil (Em dezembro de 2020 – R\$ 11 mil) para os processos cíveis e R\$ 152.343 mil (Em dezembro de 2020 – R\$ 180.892 mil) para os processos fiscais.

Os principais processos fiscais com essa classificação são:

- Autuações fiscais para exigência de valores de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS em decorrência dos procedimentos envolvendo a desmutualização da B3, no montante de R\$ 105.171 mil (Em dezembro de 2020 – R\$ 103.288 mil); e
- Autuações e glosas de compensações de créditos de PIS e Cofins, lançadas após o trânsito em julgado favorável em processo judicial onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei 9.718/98), no montante de R\$ 27.713 mil (Em dezembro de 2020 – R\$ 14.784 mil).

10) OUTROS PASSIVOS

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2020
Impostos e contribuições a pagar	6.986	4.619
Sociais e estatutárias	2.594	1.978
Impostos e contribuições a recolher	194	82
Outros	524	582
Total	10.298	7.261

11) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 230.000 mil (Em 31 de dezembro de 2020 – R\$ 220.000 mil) é representado por 181.237.792 (Em 31 de dezembro de 2020 – 181.237.792) ações ordinárias e nominativas, nominativas escriturais, sem valor nominal.

Em 28 de maio de 2021, o Bacen homologou a AGO/AGE de 26 de abril de 2021 que deliberou o aumento do capital social, mediante a utilização de parte do saldo de Reservas de Lucros – Legal no montante de R\$ 10.000 mil, sem emissão de ações.

b) Reservas de lucros

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2020
Reservas de lucros	221.721	223.392
- Reserva legal	34.510	43.964
- Reserva estatutária (1)	187.211	179.428

(1) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Instituição, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado, o enquadramento é verificado na Assembleia Geral de aprovação das demonstrações contábeis.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio/dividendos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	% (1)
Lucro líquido	10.923	
(-) Reserva legal – 5% sobre o lucro	(546)	
Base de cálculo	10.377	
Dividendos propostos em 31 de dezembro de 2021	2.594	25%
Dividendos propostos em 31 de dezembro de 2020	1.973	25%

d) Lucro por Ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Instituição, pela quantidade da média ponderada de ações.

12) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2021	Acumulado em 31 de dezembro	
		2021	2020
Serviços de corretagem	1.782	3.240	3.915
Total	1.782	3.240	3.915

13) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2021	Acumulado em 31 de dezembro	
		2021	2020
Serviços técnicos especializados	337	580	132
Processamento de dados	80	192	157
Despesas de publicações	47	131	125
Contribuições filantrópicas	91	131	134
Serviços do sistema financeiro	38	71	67
Despesas com seguros	-	20	-
Outras	25	74	44
Total	618	1.199	659

14) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2021	Acumulado em 31 de dezembro	
		2021	2020
Contribuição à Cofins	620	925	593
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	89	162	195
Contribuição ao PIS	101	151	97
Outras	648	648	5
Total	1.458	1.886	890

15) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2021	Acumulado em 31 de dezembro	
		2021	2020
Atualização de depósitos judiciais	995	2.069	1.181
Ressarcimentos	-	610	-
Reversão de provisões fiscais	-	47	-
Outras	-	-	441
Total	995	2.726	1.622

16) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2021	Acumulado em 31 de dezembro	
		2021	2020
Atualização monetária passiva	779	1.158	971
Juros e Multas	883	883	-
Total	1.662	2.041	971

17) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a resolução nº 4.818/20 do CMN. A Instituição faz parte da Organização Bradesco, que dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	R\$ mil	
	Controlador	
	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2020
Ativos		
Disponibilidades	329	217
Passivos		
Juros sobre o capital próprio/Dividendos a pagar	2.594	1.973

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização, a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Organização.

Não foi fixada remuneração aos Administradores da Instituição, tendo em vista que todos já recebem remuneração pelas funções que exercem no Banco Bradesco S.A., controlador direto, em consonância com a prática da Organização.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

18) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social**

	R\$ mil		
	2º Semestre 2021	Acumulado em 31 de dezembro	
		2021	2020
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	12.680	19.189	12.984
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (Nota 3e)	(5.072)	(7.676)	(5.193)
Efeito no cálculo dos tributos:			
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(73)	(116)	(79)
Outros valores	(541)	(474)	595
Imposto de renda e contribuição social do período	(5.686)	(8.266)	(4.677)

b) Composição das contas de resultado com imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil		
	2º Semestre 2021	Acumulado em 31 de dezembro	
		2021	2020
Impostos correntes:			
Imposto de renda e contribuição social devidos	(5.706)	(8.380)	(5.364)
Impostos diferidos:			
Constituição/Realização no período, sobre adições e exclusões temporárias	20	114	687
Total dos impostos diferidos	20	114	687
Imposto de renda e contribuição social do período	(5.686)	(8.266)	(4.677)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2020	Constituição	Realização	Em 31 de dezembro de 2021
Provisões cíveis	483	30	(15)	498
Provisões fiscais	18.368	405	(4)	18.769
Provisões trabalhistas	285	145	-	430
Outros	1.173	76	(56)	1.193
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	20.309	656	(75)	20.890
Obrigações fiscais diferidas (Nota 18e)	2.580	513	(46)	3.047
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	17.729	143	(29)	17.843

Tendo em vista o curto período de vigência da elevação da alíquota da CSLL, determinada pela Lei nº 14.183, de 14 de julho de 2021 (Nota 3g), a mesma não trouxe impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis.

d) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

				R\$ mil
	Diferenças temporárias		Total	
	Imposto de renda	Contribuição social		
2022	259	155		414
2023	259	155		414
2024	11.855	7.113		18.968
2025	124	75		199
2026	435	261		696
2027	124	75		199
Total	13.056	7.834		20.890

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

Em 31 de dezembro de 2021, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 19.394 mil (Em dezembro de 2020 – R\$ 19.142 mil) de diferenças temporárias.

Todos os créditos tributários do Bradesco-Kirton Corretora de Câmbio foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

					R\$ mil
	Em 31 de dezembro de 2020	Constituição	Realização/Baixa	Em 31 de dezembro de 2021	
Atualização de depósitos judiciais	2.580	513	(46)		3.047
Total dos impostos diferidos (18c)	2.580	513	(46)		3.047

19) Balanço Patrimonial por prazo

	R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Total
Ativo						
Disponibilidades	329	-	-	-	-	329
Instrumentos financeiros	69.510	82.660	39.046	329.045	-	520.261
- Títulos e valores mobiliários	69.439	82.660	39.046	245.547	-	436.692
- Outros instrumentos financeiros	71	-	-	83.498	-	83.569
Créditos tributários	-	207	207	20.476	-	20.890
Outros ativos	-	-	-	1.245	-	1.245
Total em 31 de dezembro de 2021	69.839	82.867	39.253	350.766	-	542.725
Total em 31 de dezembro de 2020	131.794	8.184	73.776	316.299	-	530.053
Passivo						
Provisões	-	94	-	74.925	-	75.019
- Outras provisões	-	94	-	74.925	-	75.019
Impostos diferidos	-	-	-	3.047	-	3.047
Outros passivos	197	6.986	2.594	521	-	10.298
Total do passivo	197	7.080	2.594	78.493	-	88.364
Patrimônio líquido	-	-	-	-	454.361	454.361
Total em 31 de dezembro de 2021	197	7.080	2.594	78.493	454.361	542.725
Total em 31 de dezembro de 2020	664	1.132	2.588	79.637	446.032	530.053

20) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Resultados recorrentes e não recorrentes

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Instituição, apresentamos abaixo os resultados recorrentes e não recorrentes dos períodos:

Nosso resultado contábil em 2021 foi de R\$ 10.923 mil, não havendo eventos não recorrentes.

Nosso resultado contábil em 2020 foi de R\$ 8.307 mil, não havendo eventos não recorrentes.

b) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Corretora, como parte integrante da Organização adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

c) Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021.

A DIRETORIA

Andrevison Viana de Souza – Contador – CRC 1SP278582/O-4



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjuntos 101, 201, 301 e 401
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Acionistas e aos Administradores da
Bradesco-Kirton Corretora de Câmbio S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco-Kirton Corretora de Câmbio S.A. (“Corretora” ou “Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco-Kirton Corretora de Câmbio S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são os de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração e os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2022.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-028567/F

Carlos Massao Takauthi
Contador CRC 1SP206103/O-4



bradesco